



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – NEAD
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS

MAYRA CÉLIA COSTA DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DA LITERATURA BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE NACIONAL: Ideário de Lima Barreto

CASTELO DO PIAUÍ – PI

2025

MAYRA CÉLIA COSTA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA DA LITERATURA BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE NACIONAL.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Letras Português, modalidade EaD, da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português.

Orientador: Prof. Me. Heráclito Júlio
Carvalho dos Santos

CASTELO DO PIAUÍ – PI

2025

MAYRA CÉLIA COSTA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA DA LITERATURA BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE NACIONAL.**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura Plena em Letras Português,
modalidade EaD, da Universidade
Estadual do Piauí, como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciado
em Letras Português.

Orientador: Prof. Me. Heráclito Júlio
Carvalho dos Santos

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Presidente

Primeiro (a) examinador (a)

Segundo (a) examinador (a)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À Universidade, que me ofereceu mais do que conhecimento; deu-me dívidas, mas as melhores memórias e amigos que o dinheiro não compra.

Aos professores pela orientação acadêmica, apoio e confiança durante todos os anos do curso.

Aos meus pais José de Ribamar e Celia Maria, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço a todos, minha família, parentes e amigos que com seu incentivo me fizeram chegar à conclusão do meu curso e começo de uma nova carreira.

Sou grato ao meu marido Aydane que nunca me recusou amor, apoio e incentivo. Obrigado, todo o amor do meu coração, por compartilhar os inúmeros momentos de ansiedade e estresse. Sem você ao meu lado o trabalho não seria concluído.

Aos meus filhos Mariane e Aydane Filho por serem fonte de força e coragem para enfrentar todos os obstáculos da vida acadêmica e da vida pessoal e profissional.

Enfim àqueles que, direta ou indiretamente, influenciaram minha trajetória, minha mensagem de agradecimento pela contribuição significativa em minha formação pessoal e acadêmica.

Dedico este trabalho a Deus;
sem ele eu não teria capacidade
para desenvolver este trabalho.
Aos meus filhos, minha razão de
viver.

Por fim, dedico este trabalho a
todos os que me ajudaram ao
longo desta caminhada.

“Uma identidade nacional é a memória viva dos grandes feitos realizados por um povo. O nacionalismo brasileiro nem liga para isso. Só pensa nos valores materiais e na 'cobiça internacional'.

Olavo de Carvalho

RESUMO

Mediante as várias vicissitudes incidentes no cotidiano de uma parcela considerável dos brasileiros, torna-se necessário suscitar a discussão sobre a identidade nacional. Em resumo, a literatura tem executado uma função importante na formação do povo brasileiro, independentemente do gênero literário (épico, lírico e dramático), seja em verso ou prosa. As obras literárias seguem abordando questões basilares, como desigualdade social, questões de gênero, relações de poder, identidade e memória. Ao ampliar o entendimento da sociedade brasileira acerca dos problemas sociais, a literatura fomenta reflexões críticas sobre temas essenciais para a construção do Brasil, o que direciona para um futuro como Nação e Povo. Frente a essa conjectura, essa monografia tem o objetivo de analisar como a literatura brasileira influenciou a formação da identidade nacional com ênfase no legado de Lima Barreto. E para tal, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Identidade nacional. Literatura brasileira. Lima Barreto.

ABSTRACT

Given the various vicissitudes that occur in the daily lives of a considerable portion of Brazilians, it is necessary to raise the discussion about national identity. In short, literature has played an important role in the formation of the Brazilian people, regardless of the literary genre (epic, lyrical and dramatic), whether in verse or prose. Literary works continue to address fundamental issues, such as social inequality, gender issues, power relations, identity and memory. By expanding Brazilian society's understanding of social problems, literature fosters critical reflections on essential themes for the construction of Brazil, which directs it towards a future as a Nation and People. In view of this conjecture, this monograph aims to analyze how Brazilian literature influenced the formation of national identity with an emphasis on the legacy of Lima Barreto. And to this end, bibliographic research was adopted as the methodological procedure.

Keywords: National identity. Brazilian literature. Lima Barreto.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 IINTRODUÇÃO | 9 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 2.1 CONCEITUAÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL | 13 |
| 2.2 CIDADANIA <i>VERSUS</i> IDENTIDADE | 17 |
| 2.3 SOLIDIFICAÇÃO DA LITERATURA NO BRASIL NA CONDIÇÃO DE TRADIÇÃO DOCUMENTAL | 20 |
| ,2.4 O PAPEL DA LITERATURA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA | 21 |
| 2.5 LEGADO DE LIMA BARRETO | 24 |
| 2.6 IDENTIDADE NACIONAL E EXCLUSÃO | 29 |
| 2.7 BASE LITERÁRISA ACERCA DA VISÃO DO BRASILEIRO SOBRE SUA IDENTIDADE NACIONAL | 30 |
| 3 CONCLUSÃO | 33 |
| REFERÊNCIAS | 34 |

1 IINTRODUÇÃO

Em conformidade com o Dicionário Brasileiro Globo o termo literatura originário do latim “*literae*” que significa letras pode ser entendido como “arte de compor obras literárias, carreira de letras, conjunto de trabalhos literários de um país ou de uma época, os homens de letras”. Portanto, pode-se notar que a definição de literatura está atrelada à concepção estética, na qual a proposta preliminar é possibilitar uma sensação de emoção e prazer ao receptor.

A literatura brasileira tem desempenhado um papel crucial na formação da identidade nacional. Os autores brasileiros contribuem com a literatura com o objetivo de ser uma ferramenta para explorar questões de identidade, cultura e sociedade.

Esta pesquisa pretende analisar como a literatura brasileira influenciou a formação da identidade nacional. Para alcançar esse objetivo, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica com base em livros, artigos eletrônicos, revistas e documentos legais que versam sobre a temática.

Segundo Gil (2017), essa espécie de pesquisa tem como principal vantagem o fato de proporcionar ao pesquisador a cobertura de uma série de fenômenos bem mais extensa quando comparada àquela que poderia pesquisar de forma direta.

A relevância deste estudo para o campo da literatura reside na sua tentativa de compreender a interação entre a literatura e a sociedade. A literatura não é apenas um reflexo da sociedade, mas também pode influenciar e moldar a sociedade de maneiras significativas.

A literatura nacional executa uma influência considerável na formação da cultura do país. Desde o período do Quinhentismo até a atualidade, a literatura tem sido uma grande fonte de conhecimento e reflexão acerca da sociedade brasileira. Por intermédio das obras literárias, torna-se possível entender a história do Brasil, conhecer distintas perspectivas e refletir sobre questões culturais e sociais.

Os períodos literários como o Arcadismo e o Barroco, o Romantismo e o Realismo, trouxeram estilos, ideias e temas que moldaram a identidade cultural da nação. A literatura constitui um poderoso instrumento para a preservação da memória e dos valores de um país, transmitindo-os de geração em geração. É

basilar a valorização e o incentivo da leitura e do estudo da literatura brasileira como forma de enriquecer a cultura pátria e fortalecer a identidade nacional.

Ao analisar a influência da literatura brasileira na formação da identidade nacional, este estudo pode fornecer insights valiosos sobre o papel da literatura na formação da cultura e identidade de uma nação. Além disso, pode contribuir para uma compreensão mais profunda da literatura brasileira e seu impacto na sociedade brasileira.

A literatura como arte reflete as representações da cultura de um povo e a língua, obviamente, é uma das formas de manifestar a cultura. A dissociação entre língua e cultura é uma das problemáticas que precisa ser desmistificada. A literatura é um dos domínios da língua. Portanto, seu conhecimento se faz necessário à competência global da língua.

A língua como instrumento de comunicação entre os indivíduos carrega também a representação cultural, no sentido que engloba outros elementos, a expressão literária. Como professora de língua materna, compartilho o pensamento de que o conhecimento da língua não é suficiente para a leitura se efetivar. Reitero a ideia de leitura como um ato interativo de compreensão do mundo.

Desse modo, ler é um trabalho de construção de significado e atribuição de sentidos, mediante a utilização de elementos linguísticos, mas também de reconhecimento de atividades culturais que englobam, entre outros pontos, a perspectiva de onde se enuncia e a intencionalidade das formas escolhidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura, enquanto obra de arte, é um produto de efeitos comunicativos, caminhos que se abrem para a configuração de um real sentido estimulado pela experiência. Por isso mesmo, necessita de um destinatário, um ser concreto, com planos vivenciais, com um olhar produzido por sua própria situação contextual, além da sensibilidade provocada por sua cultura, que irá se defrontar com essa obra, abrindo, assim, um caminho de diversidades e diálogo que se manifesta com uma riqueza de ressonâncias, de forma hermenêutica, como observa Hans Robert Jauss, para quem a obra de arte se constitui na interação autor-texto-leitor.

Sendo assim, segundo Deleuze (2002, p. 102), “A linguagem não se contenta em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, mas vai necessariamente de um segundo a um terceiro, não tendo nenhum deles, visto.” Sendo assim, a literatura, a obra de arte é um fenômeno sociocultural e não pode ser percebida fora desse contexto. A literatura segundo Antônio Candido, (2006, p. 25):

É um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vivem na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. [...] a obra de arte só está acabada no momento em que se repercute e atua, porque sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana. Ora, todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do seu processo, isto é, o seu efeito.

A comunicação da obra de arte supõe três elementos fundamentais: autor, obra e público, indissoluvelmente ligados em seus papéis sociais, como nos ensina Antônio Candido. A atividade do artista estimula a diferenciação de grupos; a criação de obras modifica os recursos de comunicação expressiva; as obras delimitam e organizam o público. Há um jogo permanente de relação entre os três: o público dá sentido e realidade à obra, é o espelho onde o autor verifica a sua imagem refletida, atuando então como um elo entre autor e obra.

A formulação de uma determinada identidade nacional se cumpre pelas transformações históricas e sociais geradas e geridas pela capacidade regeneradora da dinâmica interdependente dos signos culturais. Existe nesse processo uma luta constante, fomentada pelo desejo de centralização ("força centrípeta") e a dispersão letal tentativa de fechamento ("força centrífuga"). Essa tensão impossibilita a reunião dos diversos aspectos culturais num sistema abrangente pois, com o processo de atração e repulsão, os centros se tornam sempre múltiplos e provisórios.

Uma das possíveis maneiras de se analisar o conceito de "identidade nacional", sem cair nos abusos do exotismo, do patriotismo, ou numa vertente contrária, seria interpretando as partes que constituem tal visão global como uma rede heteróloga de relações. Essa heteroglossia pode possivelmente ser melhor examinada nas interseções em que os encadeamentos histórico-sociais se encontram, entram em conflito enriquecem ou se excluem reciprocamente.

O Brasil conquistou sua independência política em 1822, mas é válido lembrar que nesse período o país ainda não tem definida sua identidade. Dessa forma, o Romantismo será a estética que terá o fator decisivo para balizar as questões ligadas à identidade.

Na Europa, o Romantismo foi a tendência que dominou a produção artística de boa parte do século XIX. No Brasil, essa mesma estética teve o papel de orientar a produção das obras nacionais regadas a uma visão paradisíaca que os autores dão à nossa terra local. Todo esse processo é resultado de uma tentativa de superar os valores lusitanos presentes no país. Valdemar Valente Junior (2008) comenta que desse processo de independência culmina o sentimento de "lusofobia", ou seja, aversão aos valores estrangeiros.

No plano literário, o romance emerge como gênero profícuo ao representar muito mais o indivíduo do que o povo a que pertence. Tal fato deve-se ao triunfo do sujeito que representa a luta do ser humano comum para transformar sua identidade representada por meio de uma sociedade que oprime o indivíduo em detrimento dos valores coletivos.

A reconstrução do passado e o papel da literatura na identidade nacional
A identidade nacional brasileira é um processo em constante construção, influenciado pela vivência dos marginalizados, ignorados pelas narrativas

oficiais. A literatura, ao mesclar ficção e realidade, é uma ferramenta essencial para reinterpretar o passado.

Autores como Lima Barreto, fonte principal do presente estudo, utilizaram suas obras para questionar os ideais republicanos e expor as contradições sociais de seu tempo. Entre 1904 e 1920, Barreto explorou os limites entre literatura e história, destacando os excluídos como agentes da formação nacional.

2.1 CONCEITUAÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL

Identidade nacional constitui o conjunto de sensações e sentimentos os quais fazem uma pessoa sentir-se integrada numa determinada nação ou sociedade. Em conformidade com Hall (2011), desde o final do século XIX, existe divergência daquilo que se pode catalogar como uma ausência de coesão nacional.

Esse autor discrimina categorias para rechaçar esta definição sendo que a primeira questionaria como definir ideia de uma pretensa identidade mediante tantas complexidades socioculturais, na seara do que se considera país.

As desigualdades sociais, as divergências e os enfrentamentos gritantes entre grupos populares, regiões, etnias, entre outras questões. O segundo item desta dificuldade em se estabelecer em uma unidade nacional, estaria na “proliferação” de identidades regionais e locais, em que várias vezes não se reconhecem, a não ser na regulação arbitrária do governo.

As reflexões acima produzem algumas respostas sendo que uma delas é a de que existem aqueles que recusam, pura e simplesmente, uma identidade nacional. Apesar de não poder negar que na sociedade contemporânea há algumas características que definem bem um caráter nacional. O modelo se modificaria com base na região e nos grupos sociais.

Hall (2011) entende também que aquilo que as pessoas necessitam é, tão apenas, a generalização e a repetição de determinados fenômenos socioculturais em toda a extensão do território considerado nacional. Nada apontando que o atomismo (nacionalismo) várias vezes atribuído a Alberto Torres, Oliveira Vianna (2000), Nestor Duarte (2006) à sociedade brasileira, tenha sido superado. E na ausência de um consenso com que ela poderia

articular e se combinar, a própria brasilidade, isto é a distinção entre o Brasil e os outros países, está fadada a resvalar para o atrativo turístico ou para o folclore. A sucumbir, ainda, ao “rolo compressor” dos cosmopolitismos da globalização.

Caso em Hall (2011) existe uma certa negação a uma identidade nacional unificada, que está delimitada, para ele, em razão das divergências regionais e socioculturais, para Fiorin (2009), a identidade nacional brasileira constitui uma junção de lembranças formadas pelo processo histórico e cultural pátrio; foi este processo que definiu aquilo que caracteriza o que se conhece como formação e coesão nacional. E por intermédio do aludido processo que as pessoas passam a ter capacidade de relacionar elementos singulares de sua formação e da formação da identidade nacional em meio ao ambiente como um todo.

Em conformidade com Fiorin (2009) existiria a necessidade de definir as mais profundas relações fundamentadas em um patrimônio comum a todas as regiões da nação brasileira.

O primeiro e grande trabalho seria o de se definir um patrimônio comum às várias regiões do país. E quais seriam os ancestrais comuns de paulistas, baianos e gaúchos? Se a dificuldade era grande por causa da ausência de materialidade, como documentos formais, por exemplo, era necessário inventar, procurar testemunhos vivos do passado, representações reais de uma eventual coesão nacional.

Aquilo que se entende como a formação da identidade nacional brasileira necessita passar pelo crivo da construção de um país, é a procura dos elementos que vão constituir uma determinada pátria.

Um país deve apresentar um conjunto de elementos materiais e simbólicos: uma história, que define uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma gama de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; lugares relevantes; um folclore e uma paisagem típica; representações oficiais como bandeira, hino, escudos, identificações pitorescas como especialidades culinárias, costumes, animais e árvores-símbolo (FIORIN, 2009).

Segundo Fiorin (2009), a identidade nacional pode ser reconhecida por várias formas, representadas por elementos característicos e singulares da cultura popular. Aquilo que torna os sujeitos cidadãos de uma nação chamada

Brasil, que está amalgamado no dia-a-dia da vida social; nas relações interpessoais, no compartilhamento de costumes, saberes e informações; divergências e convergências coletivas e individuais dos temas de interesse geral.

A identidade nacional é dada por meio da dialogia oriunda dos elementos que constituem a linguagem brasileira, naquilo que se aprende a traduzir por meio dos mecanismos e de comunicação a que se dispõe e aceita-se de forma coletiva nas práticas sociais.

Todavia, surge a indagação de Hall (2011): “Aquele de como manter uma “unidade nacional”, diante de tantas desigualdades no âmbito cultural, econômico e social?” Com base na realidade social do Brasil, este questionamento é bem pertinente.

E também fica o questionamento: “o que nos identifica como cidadãos brasileiros? Quais as características destacadas em cada um de nós, que confirmam os valores determinantes, encontrados somente nos filhos desta nação chamado Brasil?”

O que torna os cidadãos brasileiros diferentes de indivíduos de outras nações, independentemente de vizinhos ou mais distantes como América do Norte ou Europa? A identidade nacional brasileira. Com a ajuda daquilo que afirma DaMatta (1997), encontra-se vários elementos culturais, crenças, costumes, constituição familiar e social, pensamento e filosofia, ideologia hierárquica que ajudaram a formar um panorama bem definido e claro acerca de aspectos que bem podem identificar o “que” e “quem” somos em meio a outros povos.

Elementos que estão cravados na “mistura” nacional e que configuram patrimônio exclusivo da brasilidade da nação são se tratam somente dos monumentos arquitetônicos, tradições como o samba, o carnaval e a “beleza da mulata brasileira”, “nossas belezas naturais”. A língua e como ela é utilizada no cotidiano constituem formas bem definidas daquilo que Fiorin (2009) sugere uma unificação de um “todo nacional”.

O anseio de intimidade, de aproximação nas relações somente se faz no formato do diálogo, da utilização do discurso que repercute e convence o outro, aquilo que se quer ou se intenciona.

A temática da proximidade intimista vem pela forma como as pessoas se relacionam, como por exemplo, por intermédio de pronomes de tratamentos intimistas e corriqueiros. Por vezes até com quem não se conhece direito: “meu querido”, “meu patrão”, “chefe”, “parceiro”, “meu bem”, “meu brother”. Há nestas formas de tratamento a intencionalidade da intimidade, da aproximação um tanto forçada.

Holanda (1995) na obra *Raízes do Brasil* traz alguns parágrafos para tratar acerca desta constatação. O pesquisador traz a descrição do “horror” que os brasileiros tem às distâncias, nas relações pessoais, como mais um dos elementos que demarcam a “psicologia social” pátria.

A identidade nacional brasileira carrega em seu bojo, no trato social, no comportamento coletivo e individual, algo que distingue os cidadãos brasileiros de outros povos. O povo brasileiro tem fama de ser hospitaleiro, principalmente quando comparado ao estrangeiro, porém traz o efeito pernicioso do “jeitinho” e a fama de querer “levar vantagem em tudo”. A tal “Lei de Gerson”.

O “complexo de vira-latas”, expressão criada por Nelson Rodrigues (1994; 1981) no momento da derrota do futebol brasileiro no ano de 1950, faz provocar em muitos indivíduos, o tal sentimento de inferioridade mediante as nações de “primeiro mundo”.

Aludido sentimento de negar-se fazer parte de um país com problemas sociais variados leva muitos brasileiros – especialmente os das classes de maior poder aquisitivo – a desejarem ser estrangeiros: franceses, estadunidenses, ingleses – isso na própria fala do autor – a serem cidadãos do Brasil. As tentativas de adaptações a outros povos e mesmo imitações são vastas.

Caso em épocas do passado tal comportamento de se espelhar a outros povos era bem determinante nas vestimentas utilizadas pela burguesia (luvas, chapéus, cartolas, bengalas e capas) em nação tropical como o Brasil, ou no hábito de se aprender o francês ou afrancesar-se nas aulas de piano, atualmente estas características estão bem mais difundidas na substituição, permuta ou supressão dos costumes e tradições brasileiras.

Caso Fiorin (2009) fala ser possível uma identidade nacional, a “Pós-modernidade” revelaria indivíduos múltiplos dentro de uma determinada sociedade. A pessoa congrega com múltiplas identidades no espaço e no tempo.

O indivíduo, previamente vivido como possuindo uma identidade estável e unificada, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, porém de diversas identidades, em alguns casos contraditórias ou não resolvidas (Hall, 2011, p. 12).

Hall (2011) denomina de sujeito “pós-moderno” aquele que não possui uma identidade fixa, que assume distintas identidades em diferentes situações da vida cotidiana. Fala ainda que esta “pós-modernidade” constitui algo que se manifesta dentro das pessoas, as conduzindo a questionamentos confusos e contraditórios acerca de suas origens.

Enfim, apesar das pessoas aceitarem uma identidade original, única, em verdade é criada uma cômoda história acerca delas mesmas ou, também uma confortadora narrativa do “eu”. A identidade completamente unificada, segura e coerente é uma fantasia, assegura Hall (2011).

2.2 CIDADANIA *VERSUS* IDENTIDADE

Para melhor explorar a temática aqui proposta, é interessante analisar, mesmo que de forma sucinta, que o projeto democrático como um processo de permanente ampliação de espaços mais livres de coerção e a produção de mecanismos de maior eficácia de promoção da solidariedade no interior da sociedade, com a finalidade de possibilitar, a uma quantidade cada vez maior de seus integrantes a vida mais satisfatória e criativa possível.

Para melhor compreender este ponto, é importante realizar rapidamente uma menção a determinadas ideias que fazem referência a ideia de identidade (analisada na concepção da construção subjetiva, isto é, dos processos pelos quais toda pessoa se constitui como um indivíduo dotado de uma imagem de si mais ou menos estável, base para a sua ação no mundo).

É relevante insistir na ideia de que o projeto democrático apenas pode se tornar uma experiência concreta se “levado a cabo” por intermédio de indivíduos imbuídos da convicção de sua validade e “armados” não apenas com consciência racional de sua plausibilidade, porém ainda dotados de uma adesão afetiva, subjetiva ou emocional a esse projeto. Isso quer dizer que não se pode pensar no processo de construção de cidadãos somente como a fabricação

social de agentes racionais norteados para a execução de determinados objetivos igualitários e universais.

É necessário ainda que esses agentes sejam dotados de um determinado tipo de “sentimentalidade”, isto é, sejam predominantemente orientados por uma pauta de reações afetivas ao mundo e aos seus semelhantes. E quem contemplem, como alvo dessas respostas ao meio, a conquista de objetivos demarcados pelo denominado projeto democrático, sobretudo a prática da solidariedade e da tolerância.

Tal afirmação, em verdade, nata possui de novo no seu núcleo. Os teóricos do contrato social já aludiam a ela, quando viam, na base de toda a vida social, um contrato firmado entre seus integrantes que renunciavam à concretização de determinados interesses particulares em prol da conquista de um mínimo de coesão que venha a permitir a realização de interesses comuns.

Sem esse contrato, não seria possível a vida coletiva, a cooperação: ela seria destruída pela violência atinente a toda forma de vida, que se impõe de maneira brutal para sobreviver. A cultura humana somente existe pelo fato dessa violência ser ordenada e gerida pelas leis e regras que formam este contrato. Sem dúvida alguma, o excesso, a crueldade, a violência arbitrária são algo presente em qualquer forma de organização social.

Entretanto, em qualquer uma delas sempre existem as regras que tornam tal ou qual espécie de violência intolerável ou aceitável. Uma das regras básicas é a de que nenhum indivíduo possui o direito de tirar a vida de um semelhante.

Todavia, a regra, universal, possui suas exceções: por exemplo, nas guerras, o soldado não apenas possui permissão como obrigação de matar, obrigação que caso não seja cumprida o leva a corte marcial onde, portanto, é a sua própria existência que está em perigo eminente. O juiz que condena uma pessoa à cadeira elétrica o faz sob os presságios da lei, e se alguém ceifa a vida do outro em legítima defesa, é aceito o fato como defensável.

O equilíbrio social absoluto nunca é alcançado (com exceção na ambição patológica dos regimes totalitários), porém a própria ideia de uma contratualidade subjacente organiza as transgressões e as respostas a elas, concomitantemente que fornece o chão do qual rupturas e revoluções emergem, o que instaura novas ordens, novas normas de organização social.

A Psicanálise também, desde seus primórdios, afirmou existir um pacto, um acordo, na origem de todo elo social. Freud nunca renunciou à ideia de que a sociedade repousa sobre a coerção das pulsões. A renúncia à satisfação pulsional sem restrições é imprescindível tanto à vida subjetiva individual quanto à vida em sociedade.

Sem essa renúncia a pessoa passa a ser uma caricatura de animal selvagem. É considerada caricatura pelo fato de que, ao contrário daquele, o ser humano não vem ao mundo dotado de uma pauta completamente determinada de condutas para lidar com o meio ambiente.

A força dos instintos nos animais é algo organizado em padrões de *feedbacks* ao meio que os orientam diante das necessidades e surpresas da vida. No ser humano, por outro lado, essa força perde a direção precisa, o objeto naturalmente adequado. É necessário aprender a ser um humano, e o processo é algo demorado. Nenhuma animal é tão dependente de outros de sua espécie quanto é o ser humano. Toda a potencialidade gigantesca que há no cérebro do ser humano não vem à tona sem a incidência de outras pessoas já socializadas.

Inscrever-se nesse universo recai em ser atravessado pelas regras que o orientam, regras que impõem a cada pessoa limites, a iniciar pelas regras da própria imagem – meio pelo qual o indivíduo humano passa a ser um sujeito, um “eu”.

Tornar-se um “eu” quer dizer, concomitantemente, ter a capacidade de reconhecer os outros, notar-se, bem como acontece com os outros, norteados por uma instância que vai além do particular, do singular, do idiossincrático: o simbólico, a cultura, ou as significações sociais e suas regras, que não constituem obra de nenhum ‘eu’ em particular e que, pelo contrário, englobam e marcam a todos sem exceção.

Em contrapartida, são os indivíduos que sustentam a permanência da cultura, concedendo-lhe suporte por intermédio da adesão e reprodução dos seus valores e instituições mais essenciais.

Mesmo quando rompem com tais valores, somente o fazem para substituí-los por outros, através de significações novas gestadas na vida em sociedade. Portanto, indivíduo e sociedade, constituem faces de uma mesma moeda (Castoriadis, 1999). A construção dos sujeitos individuais sempre constitui uma fabricação social e, em contrapartida, qualquer sociedade apenas

subsiste na medida em que acha formas de se reproduzir através dos indivíduos que constrói.

2.2 SOLIDIFICAÇÃO DA LITERATURA NO BRASIL NA CONDIÇÃO DE TRADIÇÃO DOCUMENTAL

A partir da década de 1960, a historiografia ampliou seu escopo, reconhecendo a literatura como uma fonte relevante para compreender aspectos subjetivos e sociais. A literatura não apenas reflete a realidade, mas a constrói, possibilitando o estudo de sentimentos, sensibilidades e experiências negligenciadas pela história oficial.

Segundo Roger Chartier, as representações literárias expressam práticas sociais, constituindo-se como parte da realidade vivida. Nesse contexto, a literatura permite explorar temas como exclusão social e cidadania incompleta, particularmente na Primeira República

A literatura é consolidada entre os brasileiros como tradição documental desde o período da Colônia, quando homens eram enviados ao Brasil para escrever ofícios e relatórios em conformidade com as exigências burocráticas, o que proporciona uma junção do imaginário com o mundo dos negócios. Sendo assim, literatura e documento passam a possuir igual relevância ao realizarem descrições geográficas e históricas orientadas por um orgulho nacional, tendo em vista que a exploração do Brasil, as guerras de conquistas por Portugal, a determinação bandeirante do português e de outros europeus a caminho da interiorização do Brasil, embasaram os pioneiros escritos de cunho literário no Brasil.

Todavia, a carta de Pero Vaz de Caminha em razão de ter sido escrita no momento de descobrimento, passa a ter destaque como primeiro documento literário acerca do Brasil. Ela relata sobretudo a forma como Caminha aborda a variedade da flora tropical e como descreve os povos indígenas (Leite, 2002).

Esta afirmação ajuda na formação da concepção de que as pioneiras escrituras objetivaram descrever a “a admiração pela natureza tropical, o interesse pela vida indígena, o desejo de se ver o progresso do país, a crítica aos governos de metrópole e alguns comportamentos considerados característicos dos colonos” (Leite, 2002, p. 203).

Todavia, apenas a partir de meados do século XIX que realmente se pode falar verdadeiramente em literatura brasileira. Antes disso, as narrativas eram como manifestações literárias isoladas, uma vez que não existia uma interação entre o autor e o público.

Várias obras escritas em meados do século XVI somente se tornaram conhecidas entre os séculos XIX e XX. Movimentos como Romantismo, Nativismo e Indianismos auxiliaram no desenvolvimento e fundamentação da concepção de Nacionalismo.

Isso comprova um elo obrigatório entre a criação literária e o país, no qual a literatura com o ensejo de ajudar na construção da concepção social, absorve em primeira instância as tendências ficcionais do que propriamente as realistas.

Todavia, para ter uma percepção maior quanto ao pensamento literários, é preciso compreender a articulação de distintos discursos. O que pode levar a refletir acerca da pertinência do discurso, sendo que a sua implicância não é somente a vigência ou a validade, porém as ideologias incidentes nele, isto é, são usadas e a que interesses atendem.

Com base no pressuposto de que vigência faz referência a um conjunto de condições institucionais e sociais que possibilitam a existência de uma teoria, e de que algo válido possa ser devidamente comprovado com base na Ciência pode-se aduzir que a literatura é acima de tudo um discurso válido.

Isso porque com a ajuda da História, é responsável por retratar a interpretação de um cenário social que pode resistir ao tempo o que possibilita a construção de representações alusivas a uma realidade.

Assim sendo, a pertinência aponta que expressões discursivas e ideológicas influenciaram e também são presentes em várias das formas de construção de identidade nacional, bem como o mito 'democracia racial', que comprova que os aspectos da influência da mesclagem sobre as relações sociais e da cultura entre os portugueses, negros e índios, geraram consequências para a realidade brasileira na qual nota-se que a distribuição de oportunidades no Brasil é desigual, sobretudo entre índios e negros.

,2.4 O PAPEL DA LITERATURA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Na procura da capacidade de interpretar o Brasil, os intelectuais brasileiros buscaram com base na visão sociológica, produzir ensaios que viessem a propiciar reflexões acerca da realidade, partindo então para problemas nacionais.

Determinadas obras de autores como Raimundo Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Silvio Romero, buscaram enfatizar a problemática da identidade nacional ao realizar algumas reflexões referentes à relação entre questão social e identidade brasileira (Ortiz, 1994).

Com inspiração nas teorias darwinista, positivista e evolucionista tais autores procuram tratar da evolução histórica dos povos, dando ênfase essencialmente a “superioridade” do povo da Europa sobre os outros. Isso os levou a buscar em pesquisas atinentes ao “caráter nacional” explicações ao “atraso” do Brasil.

O problema principal achado por eles era o de poder entender a defasagem entre a teoria e a realidade, o que é consubstanciado na construção de uma identidade nacional (Ortiz, 1994, p.15). Entretanto, embasaram suas ideias em argumentos direcionados para os parâmetros de raça e meio.

A visão de meio volta-se principalmente para a criação de uma economia escravagista enquanto que a de raça se relaciona com a noção de miscigenação, o que explica a constituição do Brasil por meio das três raças essenciais, o negro, o branco e o índio.

Tendo em vista que o índio e o negro eram tidos naquele tempo como entraves ao processo de civilização, a raça branca era visualizada como “superior”. Isso fez com que os intelectuais defendessem o processo de branqueamento da sociedade pátria para que os estigmas das “raças inferiores” fossem exterminados.

Essa concepção de preconceito incidente na literatura nacional por bastante tempo foi amenizada na obra intitulada “Casa Grande & Senzada” do autor Gilberto Freire, em 1933. Esse livro aborda as contribuições portuguesas, indígenas e africanas principais no processo de constituição do povo brasileiro, o que pode ser demonstrado como democracia racial.

Esse autor exalta a força dos escravos, ou seja, suas habilidades agrícolas e técnicas, bem como a capacidade de resistência. Ainda afirma haver uma superioridade dos índios quanto ao conquistador branco. Todavia, não deixa

de engrandecer a figura do senhor patriarcal do Nordeste, mesmo não escondendo seus vícios e práticas.

Além disso, Gilberto Freire consagra-se como significativo colaborador na implementação de um processo civilizatório novo no Brasil, tendo em vista que em sua concepção a estrutura escravocrata era melhor ainda que a capitalista.

Diferentemente de Freire, Sérgio Buarque de Holanda, autor de “Raízes do Brasil”, publicada no ano de 1936, entende que o ruralismo bem como o sistema patriarcal, oriundos do processo de colonização, constitui uma espécie de atraso para o Brasil haja vista que dificultam sua chegada ao estágio moderno.

A tão almejada modernização apenas se daria com a impregnação da vida urbana. Sérgio Buarque trabalha com duas espécies de colonizador: o trabalhador e o sementeiro. Segundo a sua concepção, a presença do sementeiro em solo nacional fez com que o povo aceitasse a vida como ela é, não possuindo muitas motivações vocacionais no trabalho.

Sem contar que o brasileiro possui a cordialidade como característica principal de suas relações, o que acaba por dificultar a separação entre o espaço privado e o público. Estas obras procuram em verdade repensar uma ideia nova acerca do povo brasileiro além de realçar os traços principais que caracterizam a formação da sociedade brasileira, o que proporciona ao leitor sensações que o possibilita imaginar cenas do dia-a-dia do passado do Brasil, que leva por bastante tempo o homem branco e o Estado imperial como sujeitos de sua história.

Outra relevante obra que não pode deixar de ser citada é intitulada como “Formação do Brasil contemporâneo” do autor Caio Prado Júnior, historiador influente do Brasil. Publicada no ano de 1942, essa procura revelar a relevância da infraestrutura como fator preponderante nas relações entre vida material, povoamento e vida social. Isso comprova que esse autor concede bases teóricas para a construção do racionalismo ao fazer uso de explicações econômicas e sociológicas.

Vale frisar que tais análises reportam às ideias de Doris Sommer, embasadas especialmente em seu livro intitulado “Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina”, o qual explica que a literatura possui a capacidade de intervenção na história, auxiliando a construí-la. Isso porque são

os romances que ensinam ao povo a sua história, suas ideias, hábitos e sentimentos que se alteram em conformidade com os acontecimentos políticos e sociais.

2.5 LEGADO DE LIMA BARRETO

Desvalorizado em vida, Lima Barreto foi precursor de uma visão mais crítica e inclusiva da sociedade brasileira. Sua obra, inicialmente vista como “menor”, passou a ser reconhecida como uma análise profunda das tensões sociais e da identidade nacional. Ele rompeu com as escolas literárias tradicionais, criando um estilo único que valoriza os marginalizados como agentes históricos.

Lima Barreto desafiou os padrões literários de sua época ao dar voz aos marginalizados, inserindo-os no debate sobre a identidade brasileira. Em obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, o autor destacou personagens que enfrentam exclusão social, preconceito racial e barreiras educacionais. Barreto denunciava a hipocrisia da República, que, ao invés de integrar os cidadãos, perpetuava desigualdades herdadas do período colonial.

também aborda a luta das mulheres negras e mulatas contra o preconceito e a opressão. Em *Clara dos Anjos*, Clara se torna símbolo dessa resistência ao buscar respeito e transformação social. Dona Margarida, outra personagem marcante, representa a força e a resiliência feminina, desafiando o patriarcado e o preconceito racial.

A literatura como crítica social e reconstrução histórica Lima Barreto utilizava a literatura como instrumento de crítica social, questionando a corrupção, o nepotismo e a hipocrisia das elites brasileiras. Sua obra transcende os limites da ficção, servindo como testemunho histórico das tensões e desigualdades do período republicano. Para ele, a literatura não deveria apenas entreter, mas despertar o público para a necessidade de mudanças estruturais.

As histórias “anônimas” contadas por Lima Barreto proporcionam uma visão sobre a construção da identidade nacional do Brasil direcionada para as potencialidades dos indivíduos que caminhavam pelas ruas do Rio de Janeiro na

procura de sua sobrevivência cotidiana, sendo que em muitos casos eram esquecidos pelo Estado.

Debater tais multiplicidades de experiências, em boa parte não levada em consideração pelas elites e pelo governo, em razão de significarem peculiaridades de um Brasil que se desejava esquecido, possibilita acompanhar um caminho novo para a compreensão da identidade nacional.

Para trazer a tona essa perspectiva nova de construção de identidade nacional, elege-se os romances de Lima Barreto como um verdadeiro guia para o caminho a ser construído. Antes, todavia, busca-se recuperar determinados aspectos da trajetória do escritor.

A vida do famoso romancista Lima Barreto foi permeada pela tentativa permanente de ultrapassar fronteiras, repensar valores e atitudes, refletir acerca da situação em que estava grande parte da população menos favorecida economicamente no Brasil, no decorrer do período da Primeira República.

Todavia, certos pesquisadores buscaram explicar a obra de Lima Barreto somente como fruto do ressentimento desta quanto à política de preconceito e exclusão em detrimento da população marginalizada e por não ter conquistado o desejado lugar como grande escritor. Essa visão acabou diminuindo por muito tempo o caráter combativo de sua literatura.

Fazendo análise dos diários e romances de Lima Barreto, Beatriz Jaguaribe enfatiza a caracterização da obra de Lima Barreto feita por Joel Rufino como resultado de ressentimento. Ao fazer-se personagem de si próprio, sem, todavia, promover nenhuma mediação entre a imaginação e a realidade. Afinal, Lima Barreto via o mundo à sua volta somente por esse (res)sentimento.

Segundo Rufino, a vida do romancista em questão foi uma imensa sequência de fracassos. Ao procurar sair desse modelo esquemático de interpretação da relação vivência/obra em vários momentos de sua reflexão. Jaguaribe é pega por igual armadilha.

A escritura íntima de Lima Barreto revela a dialética do fracasso. A vida de Lima Barreto foi, com efeito, um sumário do “fracasso” do escritor de prosa realista, do crítico que articulava a literatura como documento social na missão reivindicatória de uma cidadania para os despossuídos da cidade. Se a escritura explicitamente ficcional dos romances almejava picar o protesto nas fachadas acadêmicas da cidade letrada, a escritura íntima desdobra-se como um lamento e uma purgação da distância entre o que o Lima Barreto escritor desejava projetar e a resposta crítica que o meio social lhe propiciou.

Segundo a autora, os escritos de Lima Barreto se mantiveram em dois campos de tensão, o que chega ao seu íntimo (diário) e o público (romance), porém o fracasso é revelado de forma ampla no primeiro. A punição recebida por Barreto ao não se ajustar às regras estabelecidas foi tão chegar ao seu desejado lugar no meio intelectual.

Todavia, essas não-vitórias devem ser relativizadas, haja vista que o momento não era para a exposição de pensamentos distintos daqueles decorrentes dos dirigentes da sociedade. Entretanto, Lima tecia rígidas críticas em detrimento deles.

Ao se atentar para a vida desse famoso escritor, acredita-se que houveram diversas vitórias, como por exemplo, ter conseguido publicar a maior parte de seus romances, apesar da publicação não tenha lhe concedido consideráveis retornos financeiros. Fora isso, ele foi um colaborador assíduo em revistas e jornais do Rio de Janeiro.

Caso sua vida fosse constituída somente de fracassos, sua posição social não teria se realizado. Mesmo sendo ignorado por intelectuais, Lima conseguiu trazer à tona o relato dos indivíduos marginais e de sua não satisfação com os rumos tomados pela República.

Pensou de forma única na identidade de tais marginais, mostrando-os como seres ativos em seu cotidiano, tarefa extremamente difícil. Lins indica reflexão interessante acerca da obra de Lima Barreto, conforme segue abaixo:

Lima Barreto não combate em benefício próprio; os preconceitos e as injustiças despertam sua ira pelo que não são, e não pelo fato de atingirem a ele. Longe de ser – e só isto – um ressentido, ele é um lutador, um escritor consciente das desigualdades, das degradações de natureza ética e estética, um ser humano cheio de fervor, sonhando um mundo menos estúpido e clamando até a morte – sem meios-termos, sem frieza, assumindo posições claras, com truculência, com cólera – a sua verdade.

Referida análise propicia uma concepção mais ampla da produção de Lima Barreto que não se finda na vida do escritor e chega a um contexto social mais abrangente, isto é, o meio no qual vivia. Ao produzir sua obra, esse autor pensava não somente em seus fracassos porém na dinâmica social na qual a maior parte da população era sacrificada em benefício de uma pequena parcela.

Os romances de Barreto buscaram trazer para debate uma reflexão referente aos rumos tomados pela recém-criada República. É por intermédio da literatura que o escritor buscou chamar atenção da sociedade para a necessidade de reação do povo para a devida construção de uma sociedade mais justa para a coletividade. Com isso, seu interesse foi além de sua vivência particular e procurar atingir o bem-estar da sociedade como um todo.

Ao se fazer a análise da vida de do autor em comento, enfatiza-se a necessidade de se levar em conta a mediação entre as mazelas incidentes em seu dia-a-dia, sua resistência mediante elas e a procura pelo bem estar geral. Não de pode ignorar que a cultura de exclusão contribuía em demasia para seu desalento pessoal, fato este que foi criticado com irreverência e ironia.

Nicolau Sevcenko ao analisar a obra de Lima Barreto chama atenção para o fato de que este autor queria somente conceder vazão ao cotidiano que o aperfuiçoa, e dessa forma “não estava preocupado em fornecer sonho ou analgésicos para as dores de seus personagens ou leitores”, porém desmascarar a hipocrisia reinante, tendo em vista que somente assim os marginais se fariam ouvir. Buscou, portanto, então, dar voz às falas oprimidas pelo ideal de modernidade pátria, que feria direitos e sonhos das classes populares.

No decorrer de sua vida, Lima Barreto refletiu de forma profunda sobre os problemas do Brasil. Possuía uma grande convicção de que as instituições da República deveriam passar por sérias transformações, sobretudo quanto à contenção do avanço da corrupção no sistema burocrático.

Ele achava que eram necessárias mudanças de cunho estrutural e funcional no governo, que na maior parte dos casos, contratava e promovia seus funcionários não em conformidade com as necessidades concretas, porém sim em troca de favores que beneficiaram familiares ou amigos.

Essa permuta de benesses era embasada principalmente na cordialidade e não objetivava a melhoria econômica e social da coletividade. Essa dura realidade era vivenciada por Lima Barreto em seu dia-a-dia na Secretaria de Guerra onde trabalhava.

Na literatura produzida por Lima, o romancista construir seu sonho de moralização da República, vivenciada pelo seu personagem Gonzagae Sá, que reivindicou projetos políticos de maior eficácia, que, sem dúvida alguma,

passariam por um processo de transformação/revolução nas estruturas sociais e político-econômicas do Brasil.

Esse escritor buscou mostrar, com a narrativa do seu personagem, que estes eram projetos utópicos, escritos em letra maiúscula talvez como forma de reafirmação do quanto a realidade republicana deixava a desejar. Portanto, transformou as chances reais em sonhos, haja vista que naquele tempo a conjuntura econômica e político-social pouco permitia.

Quis ali, em segundos, organizar a minha República, erguer a minha Utopia, e, por instantes, vi resplandecer sobre a terra dias de Bem, de Satisfação e Contentamento. Vi todas as faces humanas sem angústias, felizes, num baile! Tão depressa me veio tal sonho, tão depressa ele se desfez. (...) Tive um louco desejo de acabar com tudo; queria aquelas casas abaixo, aqueles jardins e aqueles veículos; queria a terra sem homem, sem a humanidade, já que eu não era feliz e sentia que ninguém o era... Nada! Nada!

Na ausência de personagem, nota-se uma revolta que instiga a ação. Essa, por sua vez, revolucionaria todas as estruturas. Isso porque representava o início de uma vida nova para a nação. Vida essa que deveria ter sido inaugurada com o surgimento da República no Brasil. A perspectiva da República de Lima Barreto buscava alcançar a população como um todo, e não somente as classes de maior poder aquisitivo.

Barreto faleceu no dia 1º de novembro de 1922, já muito enfermo por isso conheceu pouco da proposta nova de literatura que estava emergindo naquele respectivo ano, com a Semana de Arte Moderna, que introduziu posturas e pensamentos distintos dos até então defendidos pela elite intelectual do Brasil. Essa perspectiva nova de arte rompia o abismo entre a sociedade e a literatura e se engajava no campo da reflexão social.

De forma inconsciente, Lima Barreto foi um dos pioneiros escritores a lançar a semente da transformação no meio intelectual em que viveu. Apesar de no seu tempo ele ter sido considerado como um intelectual de valor pouco, manifestou sua falta de satisfação com a literatura produzida até então, e na sua obra, conseguiu pôr fim a diversas estruturas. Pelo fato de não se prender a nenhum pré-conceito e/ou escola literária, Lima Barreto não impôs restrições para sua imaginação-ação-reação.

Ação pelo fato de o autor fazer uso de sua escrita para a construção de uma visão nova sobre os marginais da Primeira República, que viabiliza pensar

a identidade nacional por intermédio do resgate dos sentimentos dos cidadãos marginais. Sendo assim, frisa-se que uma análise mais cautelosa de sua obra indica para a chance de considera-lo como relevante referência para se pensar a questão da identidade.

Essa que não estaria por se fazer, porém encontrava-se presente nas ações de indivíduos que viviam a República de uma forma bem particular e não nos moldes inspirados por outras nações. Acompanhar essa perspectiva na produção desse renomado escritor constitui um desafio, tendo em vista que sua obra não explicita um projeto de interpretação do Brasil e suas relações novas com o advento da República. Porém isso não torna inviável a possibilidade de considerá-lo como mais um intérprete brasileiro.

É imaginação-reação, por sua vez, porque constitui um campo da imaginação literária que vai se concretizar as realizações/(in)satisfações desses indivíduos marginais. Estes entram na literatura de Lima Barreto inaugurando uma forma nova de fazer repensar a arte literária do Brasil.

No decorrer da história literária nacional, a criação de Lima Barreto foi considerada como uma obra de menor envergadura e mal acabada. Apenas vários anos depois do seu óbito é que se processou uma crítica mais minuciosa acerca da real significação da produção do romancista para a compreensão das relações firmadas no Brasil de seu tempo. Apesar de sua obra ter sido reconhecida tardiamente, Lima se consolidou paulatinamente, por etapas, como enfatiza Andréa Saad Hossn:

É comum, sobretudo nos textos críticos das décadas de 1940 e 1950, Lima Barreto ser classificado como um “quase” grande escritor, que maior seria tais complexos, ressentimentos e amarguras, e sem o álcool a turvar-lhe a visão. / Na década de 1970, será justamente esse suposto vazamento da vida do autor em suas obras, o teor ácido e crítico que essa voz excluída lhes confere o que será valorizado.

2.6 IDENTIDADE NACIONAL E EXCLUSÃO

A cultura brasileira no decorrer do tempo euforizou de tal maneira a mistura que passou a considerar não existentes as camadas reais da semiose na qual opera o princípio da exclusão, como por exemplo nas relações raciais, de orientação sexual, de gênero entre outros. Em contrapartida, a identidade

auto descrita do brasileiro sempre é a que é criada pelo princípio da mistura, da participação.

Com base nisso o brasileiro é descrito como alguém acolhedor, aberto, cordial, agradável, sempre pronto a dar um “jeitinho”. São ocultados a violência e o preconceito que perpassa as relações do dia-a-dia. É escondido o que opera sob o princípio da triagem.

Nesse sentido, a construção da identidade nacional brasileira foi marcada pela exclusão e pela homogeneização imposta pelas elites. Barreto desafiou essa perspectiva, apresentando a identidade nacional como algo dinâmico, construído pelas vivências e lutas cotidianas. Ele mostrou que as camadas populares e os marginalizados são partes essenciais dessa construção, mesmo que frequentemente silenciados.

2.7 BASE LITERÁRIA ACERCA DA VISÃO DO BRASILEIRO SOBRE SUA IDENTIDADE NACIONAL

Mediante toda a perspectiva histórica, é verdade que o processo de desigualdade estrutural perpetrada ainda na vida do cidadão brasileiro inviabiliza que ele enxergue de maneira epistemológica como ocorreu o processo de formação do Brasil, haja vista que existe a questão das desigualdades inclusive no campo de acesso à educação e à história.

Por essa razão é que se constata múltiplas vicissitudes, dissimilitudes atinentes a como deveria se dar a conjuntura social para que dessa forma fosse total o alcance dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dos direitos sociais e dos objetivos fundamentais dessa mesma República.

No Brasil, o debate acerca da identidade nacional passou a ser recorrente, em primeira instância, pelo tamanho continental da nação e o processo histórico de sua ocupação, que englobou não somente o colonizador de Portugal, porém várias etnias africanas e indígenas, dentre outros imigrantes asiáticos e europeus, além dos grandes fluxos migratórios internos.

O primeiro momento de intervenção sistemática do Estado brasileiro na cultura aconteceu depois da “Revolução de 1930”. Quando assume o governo, Getúlio Vargas buscou unir o país em torno do poder central, construir o

sentimento de “brasilidade”, aglutinando a dispersa população em torno de ideais comuns, e formular uma visão nova do homem brasileiro (Barbalho, 2005).

Toda historicidade do Brasil é permeada pela não unanimidade no que se refere ao apreço à diversidade. Diversidade esta que possui como consequência a construção de um povo miscigenado.

Em um horizonte assinalado pelo estreitamento das chances de transformação no que tange à ruptura do paradigma da desigualdade é que se identifica a necessidade de reconhecimento e estabelecimento das garantias presumidas na legislação atinente à equiparação de todos sem fazer discriminações de origens religiosas, étnicas, sexuais, culturais, dentre várias outras.

Todavia, se constata ainda a desvalorização em demasia das identidades culturais presentes na conjectura social brasileira, o que ocasiona instabilidade das multifacetadas identidades nacionais, sendo que esta situação é uma razão de preocupação, tendo em vista que a sociedade brasileira herdou um processo de colonização no qual é notável o fato que houve uma mistura do negro, do branco europeu e do índio, isto é, se o brasileiro pratica auto com o ímpeto de discriminar, ou tratar de maneira pejorativa outras pessoas em razão de questões culturais, raciais este está agindo de maneira incoerente e contraditória contra si próprio. É preciso que exista a quebra do paradigma ainda vigente quanto à formação social marcada por elevados níveis de exclusão social.

Mediante o exposto, constata-se que no lugar do brasileiro abraçar-se, verifica-se que em diversos contextos o brasileiro se estrangeirou. Isso ocorre porque o brasileiro não consegue visualizar suas próprias raízes em prol de valorizá-las. Em contrapartida, insiste em pormenorizá-la, e uma das consequências desse “estrangeirar-se” é as desigualdades alusivas a raça, cor, cultura etc.

Isso porque, em vários casos, a desigualdade se trata de uma realidade que se dá única e exclusivamente pelo fato de o cidadão brasileiro não conseguir se ver como brasileiro de maneira plena. Acerca desse assunto, perpassando pelas pesquisas de Darcy Ribeiro, no qual ele debate a formação da identidade nacional como uma identidade que foi construída com base em uma gama de contradições e exclusões, além de constatar a construção da identidade nacional a partir da negação das culturas africanas e indígenas.

A identidade consiste em uma construção social, configurando-se como um feedback político a um contexto social, e pode ser conceituada portanto como o sentimento de pertença a um determinado grupo, mais a avaliação dessa pertença (Tajfel, 1981). As pertenças grupais, por sua vez, norteiam as pessoas a formarem sentimentos e desenvolverem conhecimentos com base em processos de comparação social, o que faz com que se sintam integrantes de um determinado grupo.

Tomando por eixo as ideias de Fraser, pode-se aduzir que a procura permanente pelo lucro e a necessidade de vender a mão-de-obra no capitalismo em muitos casos resultam numa relação de dependência e alienação. Isso pode levar os indivíduos a acreditarem que sua única opção é se submeterem às condições ofertadas pelos empregadores, o que reforça uma mentalidade de necessidade e restrição de escolhas.

Essa dinâmica pode ser compreendida como uma continuação de padrões históricos de submissão e exploração que acontecera no decorrer da época da colonização no Brasil, porém agora de maneira estrutural e “moderada”. A relação de dependência econômica bem como a percepção de que se depende da renda ofertada pelo empresário podem colaborar para a reprodução de desigualdades econômicas e sociais.

Todavia, é relevante frisar que essa hipótese constitui uma interpretação das ideias de Nancy Fraser aplicadas ao cenário brasileiro. Vários fatores econômicos, sociais e políticos influenciam também a realidade brasileira, e uma análise minuciosa demanda levar em consideração múltiplas abordagens e perspectivas, o que compõe também pesquisas posteriores a essa.

3 CONCLUSÃO

A obra de Lima Barreto transcende o campo literário, consolidando-se como um manifesto político e cultural que desafia as estruturas de poder e questiona a homogeneização cultural imposta pelas elites. Barreto nos lembra que a identidade nacional brasileira não pode ser construída sem as vozes dos marginalizados, que, apesar de excluídos, desempenham papel essencial na formação do país. Sua literatura permanece atual ao iluminar as raízes históricas das desigualdades que ainda caracterizam o Brasil, convidando-nos a refletir sobre a construção de um projeto nacional mais inclusivo e representativo.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. **A modernização da cultura**: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Fortaleza: UFC, 2005.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais (PCNs). Introdução. Língua Portuguesa. Ensino fundamental II/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 144 p. Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CANDIDO, Antônio. **Presença da literatura Brasileira**: Modernismo: História e Crítica. 15ª. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Feito e a ser feito**: as encruzilhadas do V. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CHARTIER, Roger. **Pamphlets et gazettes**. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (orgs.), *Histoire de l'édition française*, vol. 1, *Le livre conquérant. Du Moyen Age au milieu du XVII^e siècle* Paris: Fayard/ Promodis, 1989b. p. 501-526.
- CHARTIER, Roger. **Notícias escritas a mão, gazetas impressas**. Cymbal e Butter. In: CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar. Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)* Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p.129-162.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira**. Baktiniana, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115 – 126. 1ª. sem. 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª. ed. Reimp. Rio de Janeiro. DP&A, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**. Havana: ed. Ciencias Sociales, 1994.
- TAJFEL, H. **Human groups and social categories**. Studies in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

